



Sexta-feira, 30 de junho de 2004
O Globo On Line

Bancos têm estímulo para microcrédito

Enio Vieira

BRASÍLIA. O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu ontem que, a partir de setembro, a verificação do volume de recursos destinados pelos bancos comerciais às operações de microcrédito passará a ser feita mensalmente e não mais anualmente. A medida se destina a estimular a adesão das instituições ao programa de crédito popular, o aumento da base de clientes do sistema bancário e o deslanche do financiamento a pessoas físicas.

A previsão inicial era que o Banco Central faria uma verificação em 20 de agosto próximo e obrigaria ao depósito compulsório o dinheiro que os bancos tivessem deixado de emprestar por um ano. As instituições financeiras emprestaram somente 30% do que estava previsto pelo governo há um ano em microcrédito. Em agosto de 2003, o governo passou a exigir que os bancos aplicassem 2% dos depósitos à vista (conta corrente) no segmento de microfinanças, o que daria um potencial de R\$ 1,1 bilhão para esses empréstimos.

Com o novo regime de verificação mensal de quanto foi aplicado e o recolhimento compulsório, deixará de haver o bloqueio de recursos por longos períodos e os bancos poderão se enquadrar mais rápida e facilmente, podendo no mês seguinte dispor dos recursos e colocá-los na praça.

BC: bancos têm dificuldade de operar programa

Segundo o diretor de Normas do BC, Sérgio Darcy, as instituições financeiras ainda estão com dificuldade de operar com microcrédito. O Banco do Brasil, por exemplo, iniciou em março último as operações do Banco Popular, que ainda está em fase experimental, em poucas cidades. O BB ainda espera a regulamentação de produtos como seguros populares.

— O importante é que há um efetivo interesse dos bancos que ainda não conseguiram plenamente desenvolver essas operações — afirmou Darcy.

O Ministério da Fazenda entende que o programa de microcrédito ainda não pode ser considerado um fracasso por ter realizado só R\$ 300 milhões em operações. Os bancos teriam feito mais de um milhão de concessões, que variam de R\$ 200 a R\$ 800.



19 de julho de 2004
Coop Brasil/Fome Zero

Pesquisa avalia microcrédito como redutor da pobreza

Estudo realizado pela economista Jane Mary Gondim de Souza, doutoranda em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona (Espanha), avalia a efetividade do microcrédito como instrumento de redução da pobreza e como mecanismo indutor de ascensão social na cidade de Fortaleza (CE). Para isso, a pesquisadora analisou o CrediAmigo, do Banco do Nordeste - maior programa de microcrédito da América do Sul, hoje com R\$ 1,2 bilhão aplicados e 1,5 milhão de operações contratadas.

Jane Gondim tomou como universo de sua pesquisa os clientes do setor comércio, que já tinham obtido pelo menos quatro empréstimos do CrediAmigo, e cuja renda familiar era de apenas R\$ 800,00 por mês antes do primeiro empréstimo. A análise dos dados mostra que 46% daqueles que se declaravam pobres, antes de retirar o primeiro empréstimo, continuam pobres após entrarem no programa. "Entretanto, 91% destes clientes conseguiram alguma evolução em sua renda, mesmo que não tenham ultrapassado a linha de pobreza. Por outro lado, 54% dos clientes conseguiram sair do estado de pobreza, apresentando acréscimos de renda em todos os níveis de empréstimos, obtendo incrementos cada vez maiores, à medida que aumenta o número de empréstimos", explica a economista.

Segundo a pesquisa, o CrediAmigo tem contribuído para melhorar a vida das pessoas, das mais diversas formas. Cria uma cooperação e integração familiar, na medida em que os beneficiados pelo programa trabalham no próprio local onde moram. "No entanto, diante da quantidade de fatores que influenciam a vida das famílias, principalmente daquelas de baixo poder aquisitivo que carecem não só de renda, mas de educação, saúde, lazer e auto-estima, não se pode afirmar que o CrediAmigo seja o único responsável pela melhoria ou mesmo declínio das condições de vida dos tomadores de empréstimo", pondera a doutoranda.

A pesquisa conclui que o CrediAmigo pode ser considerado um eficiente instrumento de redução da pobreza, na medida em que possibilita que pessoas sem recursos próprios possam utilizar sua capacidade criativa e empreendedora para gerar renda, permitindo-lhes uma qualidade de vida melhor, embora não tenha grande influência na área social.

A economista Jane Mary Gondim de Souza, além de doutoranda na Universidade de Barcelona, tem mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). A autora do trabalho é consultora interna do ambiente de Negócios de Pequeno Porte, na área de Políticas de Desenvolvimento, do Banco do Nordeste.



23 de julho de 2004
Valor Econômico

Recuperação traz classes D e E de volta às compras

Vera Saavedra Durão e Marta Barcellos Do Rio

O aumento da renda e do nível de emprego começa a estimular o consumo das classes D e E. A aquisição de produtos não duráveis mostrou os primeiros sinais de recuperação deste ano na pesquisa domiciliar realizada pela consultoria LatinPanel/Ibope. As famílias das classes D e E voltaram a adquirir produtos que tinham abandonado, como detergente líquido, água sanitária e leite condensado. No primeiro quadrimestre, os volumes comprados de alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza cresceram em média 2% em relação ao mesmo período de 2003.

Segundo a pesquisa, considerando todas as classes sociais, o número de domicílios compradores aumentou 4%. Nas classes D e E, contudo, esse crescimento foi maior, de 7%. Em todo o país, os aumentos de volumes foram puxados principalmente pelos produtos de higiene pessoal e limpeza. O número de domicílios compradores dessas duas cestas aumentou 8%, enquanto a de alimentos cresceu 3%.

Segundo o IBGE, o desemprego recuou em junho pelo segundo mês consecutivo e a renda apresentou novos sinais de recuperação. A taxa de desemprego ficou em 11,7% - em maio, ela havia sido de 12,2%. O rendimento médio do trabalhador cresceu 1,8% em relação a maio e seu valor foi o maior desde agosto de 2003. No primeiro semestre, a população ocupada aumentou em 442 mil pessoas nas seis regiões metropolitanas pesquisadas.

O IBGE mostrou uma recuperação das vagas de maior qualidade. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada cresceu 3,2% em relação a junho de 2003, e esta alta ocorreu em quase todas as regiões investigadas, exceto Recife.